

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**  
2 **GESTÃO – CTIL-G – 2016.**

3 Aos três dias do mês de março de 2016, às 14h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas  
4 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 2ª Reunião,  
5 na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes  
6 assuntos: 1 – Aprovação da ata da reunião anterior (04.02.16); 2 – Discussão sobre  
7 alteração da metodologia da cobrança pela utilização da água bruta na área de atuação do  
8 Comitê Guandu; 3 – Discussão e encaminhamento à diretoria colegiada sobre o  
9 vazamento de choro de CTR Santa Rosa; 4 – Assuntos Gerais. **1** - O coordenador,  
10 Paulo de Tarso (FIRJAN), iniciou a reunião solicitando a aprovação da ata da reunião  
11 anterior. A ata foi aprovada. **2** – Daiana Gelelete (AGEVAP) iniciou a apresentação das  
12 metodologias de cobrança pelo uso da água praticadas nos Comitês de Minas Gerais.  
13 Após apresentar alguns dados gerais de arrecadação, iniciou a explicação das fórmulas.  
14 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou o que seriam os empreendimentos de  
15 transposição e como esse valor de “transposição” seria calculado. Daiana respondeu que  
16 este valor será somado aos outros tipos de uso cobrados e arrecadado para a bacia de  
17 origem. Paulo de Tarso (FIRJAN) perguntou se há estrutura para operar a cobrança com  
18 os critérios eventualmente inseridos na revisão da cobrança. Franziska Huber (FAETERJ-  
19 Paracambi) perguntou se os dados seriam declarados ou haveria medição. Daiana  
20 Gelelete (AGEVAP) respondeu que os valores outorgados são declarados, mas que a  
21 fiscalização deve ser feita pelo INEA. Paulo de Tarso (FIRJAN) questionou o risco de  
22 analisar a qualidade de água sem equipamentos devidamente preparados para medir.  
23 Daiana Gelelete (AGEVAP) afirmou que é possível estudar e pensar em cenários diversos.  
24 Amsterdan Ribeiro (SIMARJ) comentou que, com o aumento do PPU, a porcentagem  
25 destinada ao INEA poderia ser utilizada para custear estes processos. Nathália Vilela  
26 (AGEVAP) concordou com as sugestões de Paulo de Tarso (FIRJAN), e informou que,  
27 quando chegar o momento de uma proposta de alteração na metodologia, antes de definir,  
28 precisaremos verificar com o INEA se a operacionalização será possível, ou seja, se eles  
29 possuem informações sobre as variáveis elencadas na fórmula. Lembrou que participou  
30 de uma oficina de cobrança no INEA, onde foi apresentado o modelo de cadastro, que  
31 contém várias informações que poderiam ser utilizadas na nova metodologia.. Amsterdan  
32 Ribeiro (SIMARJ) destacou que o cadastramento de usuários será uma ação  
33 imprescindível para melhorar a operação da cobrança. Daiana Gelelete (AGEVAP)  
34 prosseguiu com a explicação da fórmula. Passou à cobrança praticada na bacia do Rio  
35 Doce, também em MG. Destacou um coeficiente de gestão, que indica o efetivo retorno à  
36 bacia dos recursos arrecadados na mesma, mas que carece de maiores estudos.  
37 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou se o preço público estabelecido na  
38 bacia do Rio Doce foi convencionado. Daiana Gelelete (AGEVAP) respondeu  
39 positivamente, explicando que foi um processo de discussão similar ao adotado no Comitê  
40 Guandu. Explicou que nos comitês PCJ, os estudos foram elaborados por um consórcio.  
41 Prosseguiu com a explicação. Amsterdan Ribeiro (SIMARJ) destacou a importância de  
42 estudos bem elaborados para embasar a discussão. Daiana Gelelete (AGEVAP)  
43 concordou, dizendo que contratar estudos seria o caminho ideal. Prosseguiu com a  
44 explicação da metodologia. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou quais são  
45 os valores pagos para cada atividade. Daiana Gelelete (AGEVAP) respondeu que são  
46 pagos captação, consumo e lançamento. E também é levada em conta a qualidade do  
47 efluente lançado. O resultado cobrado é a soma de cada coeficiente da fórmula. Franziska  
48 Huber (FAETERJ-Paracambi) perguntou se a utilização de água de chuva poderia diminuir

49 o custo de consumo. Daiana Gelelete (AGEVAP) respondeu que poderia, seria uma boa  
50 prática, e depende do usuário lançar mão desse recurso ou não. Daniel Brotto (UVA)  
51 perguntou se são considerados metais pesados ou poluentes químicos. Daiana Gelelete  
52 (AGEVAP) respondeu que apenas é considerada a carga orgânica na metodologia da  
53 bacia do Rio Doce. Lucimar Marinho (TKCSA) informou que o DBO é relativa ao  
54 tratamento, e pode variar. Daiana Gelelete (AGEVAP) explicou que isso é feito para  
55 incentivar o tratamento. Lucimar Marinho (TKCSA) explicou que, quanto maior a DBO,  
56 maior o valor pago no coeficiente específico, então vai forçar a um tratamento cada vez  
57 melhor. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) explicou que o consumo e o reuso que estiverem  
58 abaixo da outorga devem ser considerados, para valorizar os usuários que tem boas  
59 práticas. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) ressaltou que os valores serão melhor  
60 definidos através da discussão da fórmula, considerando os diferentes tipos de uso. Paulo  
61 de Tarso (FIRJAN) questionou se a AGEVAP poderia elaborar um modelo. Nathália Vilela  
62 (AGEVAP) explicou que a ideia é que a Câmara Técnica faça contribuições de acordo com  
63 as metodologias apresentadas pela AGEVAP. A mesma informou que a AGEVAP  
64 descreverá em planilha as fórmulas para cobrança utilizadas pelos diversos Comitês,  
65 estaduais e federais, para que sirva de auxílio na revisão da metodologia da cobrança do  
66 Comitê Guandu. Paulo de Tarso (FIRJAN) lembrou que é necessário pensar bem para  
67 manter a viabilidade econômica do Comitê. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)  
68 informou que deve ser considerado o valor da transposição. Também destacou que as  
69 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) também podem ser cobradas, de acordo com a  
70 energia gerada por ano. Daniel Brotto (UVA) perguntou se há diferenciação entre os  
71 critérios de cobrança para cada perfil de atividade agropecuária na bacia dos Rios  
72 Piracicaba e Jaguari. Daiana Gelelete (AGEVAP) informou que não, apenas há uma  
73 consideração do tipo de prática de irrigação utilizada. Franziska Huber (FAETERJ-  
74 Paracambi) afirmou que não concorda com a inserção de pivô central, e a ideia seria  
75 incentivar técnicas como gotejamento. Daniel Brotto (UVA) apontou que o ideal seria  
76 considerar a área irrigada. Daiana Gelelete (AGEVAP) finalizou a apresentação. Nathália  
77 Vilela (AGEVAP) recomendou a leitura do relatório do INEA, a respeito dos 10 anos de  
78 cobrança no Estado do Rio de Janeiro. Andreia Loureiro (P.M. QUEIMADOS) lembrou que  
79 existem propostas de revisão da cobrança no Plano de Bacia do Guandu. Nathália Vilela  
80 (AGEVAP) informou sobre a apresentação da resolução do Comitê Guandu nº 118/2015  
81 que aprova o aumento do PPU na reunião de 02 de março da CT-IG do CERHI-RJ, e o  
82 modo como a discussão foi conduzida. Lucimar Marinho (TKCSA) afirmou que a cobrança  
83 deve ser um modo de melhorar as práticas de uso de água. Nathália Vilela (AGEVAP)  
84 afirmou que a revisão do Plano de Bacia leva à necessidade de uma definição de qual será  
85 a metodologia de cobrança considerada. Explicou que em 2016 também será elaborado o  
86 Plano de Aplicação Plurianual para o período 2017-2020, e tudo isso está relacionado à  
87 mudança da metodologia da cobrança. Afirmou que o estudo precisa ser bem pensado,  
88 bem discutido, e é necessário ajustar as discussões e prazos para que os documentos do  
89 Comitê Guandu dialoguem entre si. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu que a  
90 nova metodologia seja considerada para documentos futuros. E que a mudança seja  
91 gradativa, escalonada, para que haja prazos para estudar melhor. E então manter a  
92 aplicação de uma nova metodologia para uma futura revisão do Plano de Bacia.  
93 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) explicou que é necessário constar um coeficiente de  
94 disponibilidade hídrica, já que num período de escassez, o recurso hídrico e seu uso  
95 consciente devem ser valorizados. Rinaldo Rocha (LIGHT) questionou se a transposição  
96 para geração de energia é considerada nas outras bacias. Daiana Gelelete (AGEVAP)

97 informou que não, mas que existe a previsão na sugestão do INEA. **3 - Fátima Rocha**  
98 (AGEVAP) informou sobre o caso de vazamento de choro no CTR Santa Rosa.  
99 Explicou que a ideia debatida na CTEG foi convidar a empresa responsável pelo  
100 empreendimento para falar sobre a operação e os planos de contingência para reverter os  
101 impactos do acidente, o INEA para falar sobre a licença e compensação ambiental e a  
102 prefeitura de Seropédica para falar sobre a visão geral do problema e os dados  
103 informados, além do relatório que foi enviado ao INEA. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ)  
104 perguntou o que fazer caso os encaminhamentos não sejam atendidos. Fátima Rocha  
105 (AGEVAP) informou que, enquanto órgão consultivo, o papel do Comitê é convidar.  
106 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) informou que a composição das Câmaras  
107 Técnicas mudou, e desde que participa, a Ciclus não foi convidada. Fátima Rocha  
108 (AGEVAP) informou que o assunto foi debatido pela Câmara Técnica Temporária do  
109 Aquífero Piranema – CTAP e após sua extinção, pela Câmara Técnica de Estudos e  
110 projetos – CTEP e foram gerados pareceres e posicionamento do Comitê Guandu. E  
111 sugeriu marcar uma data de reunião conjunta para as apresentações. **4 – Em assuntos**  
112 gerais, Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) perguntou sobre as contribuições para o ZEE-RJ.  
113 Fátima Rocha (AGEVAP) informou que foi encaminhado pela CTEG, após ausência de  
114 contribuições, marcar uma reunião extraordinária da CTEG para apresentação do INEA e  
115 para trazer as prefeituras, a fim de que estas possam dirimir dúvidas e contribuir. Paulo de  
116 Tarso (FIRJAN) solicitou que seja feito um convite formal para a FIRJAN. Franziska  
117 (FAETERJ-Paracambi) resumiu a ideia de organização da reunião. Fátima Rocha  
118 (AGEVAP) destacou a importância do estudo do material antes da reunião, para que as  
119 Prefeituras e membros em geral tragam contribuições embasadas. Paulo de Tarso  
120 (FIRJAN) informou que vai trazer contribuições do setor dos mineradores de brita, para  
121 reunir às do Comitê. **Como lista de encaminhamentos, segue: 1 – Em complemento ao**  
122 **encaminhamento da CTEG, convidar Adacto Ottoni para a reunião conjunta de**  
123 **apresentação sobre o vazamento de choro no CTR Santa Rosa; 2 – Elaborar**  
124 **tabela com os coeficientes das diferentes metodologias apresentadas para inserir no**  
125 **estudo para a fórmula do Guandu; 3 - Enviar aos membros o relatório INEA - 10 anos**  
126 **da cobrança.** O Coordenador Paulo de Tarso (FIRJAN) questionou se haveria algo a  
127 acrescentar. Não havendo, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às  
128 15h10min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata, que segue assinada pelos membros  
129 abaixo.

130  
131 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) \_\_\_\_\_  
132 Paulo de Tarso (FIRJAN) \_\_\_\_\_  
133 Rinaldo Rocha (LIGHT) \_\_\_\_\_  
134 Daniel Brotto (UVA) \_\_\_\_\_  
135 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) \_\_\_\_\_  
136 Andreia Loureiro (Prefeitura de Queimados) \_\_\_\_\_  
137 Magno Roza (EMATER-RJ) \_\_\_\_\_

138

139

140

141 Membros Presentes:

142 **Usuários:** Amisterdan Ribeiro (SIMARJ); Paulo de Tarso (FIRJAN); Rinaldo Rocha  
143 (LIGHT);

144 **Sociedade Civil:** Daniel Brotto (UVA), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi),

145 **Governo:** Andreia Loureiro (Prefeitura de Queimados); Magno Roza (EMATER-RJ)

146

147 Membros Ausentes:

148 **Usuários:** Carolina Peixoto (CEDAE);

149 **Sociedade Civil:** Fernando Ribeiro (CI-BRASIL); Iran Bittencourt (ITPA)

150 **Governo:** Thayani Velasco (P.M. Seropédica); José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri)

151

152 Convidados:

153 Lucimar Marinho (CSA); Nathália Vilela (AGEVAP); Marcos Pires Mendes (FAETERJ-

154 Paracambi); Manuellen Rios (FAETERJ-Paracambi); Pedro Henrique Gomes (FAETERJ-

155 Paracambi); William Weber (Jornalista); Pablo Mariano (FAETERJ-Paracambi); Taiana de

156 Oliveira (FAETERJ-Paracambi); Avimar Soares (FAETERJ-Paracambi); Cristiano Alves

157 (FAETERJ-Paracambi); Marcio Peixoto (SIMARJ)